

São Francisco de Assis e a Opção pelos Pobres (excluídos)

Introdução

O conceito de opção pelos pobres começou a ganhar corpo, conteúdo e contornos mais precisos a partir da Teologia da Libertação, desenvolvida especialmente e de maneira original na América Latina no último quarto do século XX. Foi a Teologia da Libertação que alertou a Igreja latino-americana para uma nova leitura da Teologia a partir do lugar e da ótica dos povos oprimidos e empobrecidos. É, portanto, dentro deste contexto geográfico, sociológico e teológico que adquire melhor compreensão o conceito de opção pelos pobres, conceito que naturalmente passou a integrar a linguagem comum da Igreja latino-americana não somente em sua pregação, mas também em seus documentos oficiais (destacando-se, entre estes, o de Medellín, o de Puebla e o de Santo Domingo) e nos diversos planos pastorais das diferentes Conferências Episcopais da América Latina.

A opção pelos pobres levou a Igreja da América Latina a questionar e a reformular suas práticas e métodos pastorais, impulsionando, ao mesmo tempo, os religiosos a repensarem seu voto de pobreza.

Também entre os franciscanos se tenta, a partir de então, uma releitura da pobreza, sem dúvida uma marca forte da espiritualidade franciscana, na busca de adequar a proposta de Francisco de Assis ao contexto sócio-teológico da América Latina (cf. CPO da Bahia, 1983, CCGG, EEGG, etc.).

No *nível prático*, vem-se buscando – desde a década de 70, de maneira tímida, mas intensificando-se na década de 80 – uma maior inserção das fraternidades franciscanas em meios populares pobres, em bairros de operários, em favelas, nas periferias das cidades, como resposta a um apelo do carisma franciscano e concretização da opção pelos pobres. Jovens em formação deslocaram-se dos grandes conventos para pequenas residências onde a convivência com o povo pobre e com seus problemas também tem seu papel altamente formativo.

Em *nível de reflexão teórica*, ainda em processo de releitura do próprio carisma por parte dos franciscanos, são formuladas perguntas de grande relevo: São Francisco fez a opção pelos pobres? A opção pelos pobres, supostamente feita por Francisco, teria tido influência sobre a opção pelos pobres do final do século XX? Embora a resposta mais comum tenha sido afirmativa, no entanto, ela não pode limitar-se a um categórico “sim”; semelhantemente não pode contentar-se com um definitivo “não”. Segundo nosso parecer, uma resposta que respeitasse as nuances do problema e não eliminasse possíveis discrepâncias seria desejável. É forte, de fato, a tentação de se projetar em Francisco um conceito da atualidade e vice-versa. Sem dúvida que se pode falar de opção pelos pobres em Francisco, mas dentro de outra compreensão, não precisamente como a entende a pós-modernidade. De outro lado, é possível a aproximação dos dois conceitos, caso contrário seria declarar impossível a encarnação da espiritualidade franciscana (*a fortiori*, a evangélica) nos dias hoje. Assim, a compreensão de Francisco pode trazer ao mundo pós-moderno a sua contribuição para uma mais profunda compreensão do tema.

Esta pequena reflexão tem por objetivo precisar o conceito de opção pelos pobres, como é compreendido hoje (evidentemente sem a pretensão de sermos exaustivo), analisar

o conceito e a práxis de Francisco, com o intuito de ver até que ponto se pode atribuir a Francisco o atual conceito de opção pelos pobres, para finalmente apontar algumas pistas que se devem viabilizar para uma práxis mais coerente da vida franciscana hoje.

I - O conceito de opção pelos pobres

Partimos do pressuposto de que a linguagem da Idade Média é diferente da linguagem de hoje. Os instrumentos de reflexão também são diferentes. Na Idade média prevalecem a filosofia e a teologia como instrumentais de reflexão da realidade. Na pós-modernidade, a sociologia torna-se o instrumento de reflexão por excelência, com as análises das causas e dos processos das relações sociais.

Deste modo, a leitura atual investiga as causas da pobreza e percebe-a como fenômeno resultante de estruturas de poder e de domínio, estruturas geradoras de abismo entre as classes sociais. Pobreza na Idade Média era vista como um estado ou situação; hoje é vista preferentemente como processo. Consta-se, de fato, um progressivo jogo de forças entre as classes sociais. Resultado desse jogo é que poucos saem enriquecidos, e muitos empobrecidos. As leis são produzidas pelos que dominam, a desigualdade recrudescer; não há propriamente pobres, mas empobrecidos, pois, a estrutura não lhes dá chances, tritura-os em suas aspirações humanas mais elementares, reduzindo-os à situação de pobreza crescente, a uma “miserabilização” da vida humana.

Este esquema se dá nas relações dentro de cada país. Mas se repete também nas relações entre os países. Os países ricos dominam os países pobres e mantêm-nos na pobreza, ou melhor, num processo de empobrecimento contínuo, não lhes permitindo um maior desenvolvimento, uma maior humanização. São capazes de dar-lhes esmolas, mas nunca se propõem mudar as regras do jogo de maneira a permitir que os países pobres participem um pouco de suas riquezas e conquistas tecnológicas. Criam leis protecionistas para impedir que os produtos dos países pobres (fruto de seu trabalho) atinjam seus mercados. São os países ricos que impõem os preços dos produtos dos países pobres. Criam slogans falsos para justificar por que são ricos e por que os outros são pobres: “nós trabalhamos, eles são preguiçosos”. Esquecem-se de que a mão de obra barata dos operários dos países pobres permite um salário maior dos operários dos países ricos, pois os lucros das empresas multinacionais situadas nos países pobres são transferidos para as matrizes nos países ricos.

Isto é apenas uma ponta de agulha para indicar como hoje não se pode falar de pobreza, mas antes de um processo de empobrecimento. Sem falar nas dívidas externas dos países do terceiro mundo, processo iníquo, através do qual os países ricos sugam dos países pobres todas as suas forças e potencialidades de desenvolvimento.

A Conferência Episcopal Latino-americana, reunida em Medellín em 1968, fez uma ampla análise desta realidade. Nessa análise, já denunciava o “empobrecimento global” dos países latino-americanos, apontando alguns fatores: distorção crescente do comércio internacional, fuga de capitais, evasão de impostos, endividamento externo, monopólios internacionais e imperialismo internacional do dinheiro¹. A partir daí, a Conferência propõe

¹ Med 2, I, 9; cf. 10, I, 2: Recordemos, uma vez mais, as características do momento atual de nossos povos na ordem social: do ponto de vista objetivo, uma situação de subdesenvolvimento, delatada por fenômenos

algumas linhas pastorais, entre as quais destacamos: Despertar nos homens e nos povos, principalmente com os meios de comunicação social, uma viva consciência de justiça, infundindo-lhes um sentido dinâmico de responsabilidade e de solidariedade; defender, segundo o mandato evangélico, os direitos dos pobres e oprimidos, urgindo a nossos governos e classes dirigentes para que eliminem tudo quanto destrua a paz social: injustiças, inércia, insensibilidade; denunciar energicamente os abusos e as injustas conseqüências das desigualdades excessivas entre ricos e pobres, entre poderosos e fracos, favorecendo a integração; alentar e favorecer todos os esforços do povo por criar e desenvolver suas próprias organizações de base, pela reivindicação e consolidação de seus direitos e pela busca de uma verdadeira justiça; denunciar a ação injusta que, na ordem mundial, nações poderosas realizam contra a autodeterminação de povos fracos, que têm que sofrer os efeitos sangrentos da guerra e da invasão, pedindo aos organismos internacionais competentes medidas decididas e eficazes².

No entanto, é na Conferência de Puebla (1979) que a expressão “opção pelos pobres” aparecerá com força e clareza³, e a Conferência de Santo Domingo (1992) a empregará amplamente, colocando-se nitidamente na linha das duas anteriores: “Em continuidade com as Conferências de Medellín e de Puebla, a Igreja reafirma a opção preferencial em favor dos pobres”⁴. Esta opção é assumida de maneira incontestável como linha pastoral para a Igreja latino-americana⁵. É reconhecida como a prática de Jesus Cristo a ser imitada⁶.

No documento de Santo Domingo, chama-nos especialmente a atenção a ligação entre a opção preferencial pelos pobres e a promoção humana⁷. A finalidade da opção pelos pobres é “para que os pobres saiam de sua miséria”⁸. A miséria, de fato, desumaniza as pessoas, tira-lhes a dignidade humana, iguala-os aos animais. E muitos seres humanos hoje lutam não tanto por seus direitos humanos, mas gostariam de ter os direitos animais: poder comer, beber, abrigar-se.

Nos documentos das Conferências latino-americanas, a concepção de promoção humana não comporta mais aquela relação assistencialista de décadas anteriores. Ela é compreendida como relação de apoio e de solidariedade com os movimentos dos pobres para que eles sejam os sujeitos, os protagonistas de transformações sociais. Promoção humana é, então, permitir que o pobre tome sua história nas mãos e construa sua vida. Muitas vezes se pensa que apoiar é dar dinheiro. No entanto, apoiar é antes dar espaço (o apoio do franciscano, a nosso ver, seria iluminar as iniciativas dos pobres com uma mística, com o evangelho). Muitas vezes se pensa que promover as pessoas é fazer com que elas se

munições de marginalidade, alienação e pobreza, e condicionada, em última instância, por estruturas de dependência econômica, política e cultural com relação às metrópoles industrializadas que detêm o monopólio da tecnologia e da ciência (neocolonialismo) [PP 19, 26, 57, 59 etc.]. Do ponto de vista subjetivo, a tomada de consciência desta mesma situação, que provoca em amplos setores da população latino-americana atitudes de protesto e aspirações de libertação, desenvolvimento e justiça social [PP 9].

² Med 2, III, 21, 22, 23, 27, 32.

³ Cf. Puebla n. 529, 733-735, 134, 1153-1156.

⁴ Santo Domingo n. 16; cf. n. 296: “Fazemos nosso o clamor dos pobres. Assumimos com renovado ardor a opção evangélica preferencial pelos pobres, em continuidade com Medellín e Puebla”; este documento (n. 179) também aborda as causas do empobrecimento da América Latina.

⁵ Santo Domingo n. 92, 114, 180, 200.

⁶ Santo Domingo n. 178.180.

⁷ Cf. Santo Domingo n. 18, 273, 3002, 303.

⁸ Santo Domingo n. 275.

tornem ricas, que entrem a fazer parte do sistema que criticamos como mau. Esta postura, no fundo, é uma introjeção do capitalismo (a tentação da teologia da prosperidade, própria de certos setores das seitas evangélicas). Mas a finalidade da promoção humana não é incluir o pobre no sistema capitalista; é dar-lhe oportunidade de participação na conquista e no uso dos benefícios da sociedade, é dar-lhe chance da construção de seu próprio destino. Isto ninguém pode fazer por ele. Promover é deixar o pobre fazer a sua história.

A opção pelos pobres, tal como foi formulada pelas conferências episcopais latino-americanas, não deixou de influenciar a Ordem Franciscana. Baste-nos citar o Conselho Plenário celebrado na Bahia, em 1983. E foi tão incisiva que entrou nas CCGG e nos EEGG da Ordem, bem como em outros documentos de não menor importância (por exemplo, *Ratio Formationis*, *Ratio Evangelizationis*).

II – O conceito de pobre para Francisco: o sacramento de Cristo

Embora a realidade vivida e experimentada do pobre seja basicamente a mesma em todos os tempos, o conceito atual de pobre tem uma carga significativa que o do século XIII não tinha. Trata-se, portanto, de dois conceitos diferentes, de dois modos distintos de perceber o pobre. Nesta percepção, por exemplo, Francisco não dispunha da leitura sociológica nem tinha acesso ao instrumental de Marx para a análise da realidade. Seria anacronismo pretender ver em Francisco de Assis uma leitura sociológica e marxista da realidade dos pobres. No século XIII, a filosofia e a teologia eram os instrumentais de reflexão sobre a realidade. Isto é, toda a realidade tinha Deus como ponto de referência. Francisco, evidentemente, só podia usar esse instrumental de sua época. Ele tinha um *olhar teológico* sobre a realidade, isto é, em tudo (acontecimentos, instituições, coisas, pessoas, situações) ele procurava ver a presença fundante do *theos*. Era o *theos* que dava sentido (*logos*) a tudo.

Pode-se argumentar com a afirmação de que Francisco não era um teólogo, no sentido estrito da palavra. Mas esta maneira de ver a realidade não era algo próprio dos teólogos formados nas universidades ou de pessoas letradas. Era o modo de conceber a realidade comum a todo o povo. Estava como que arraigado no inconsciente das pessoas, da mesma maneira que hoje um modo de pensar técnico faz parte do inconsciente do homem moderno. Em outras palavras, mesmo o homem simples, sem nenhuma escolaridade, tinha este modo de pensar a realidade. Era simplesmente o modo de pensar, fazia parte do ideário da Idade Média.

Dentro deste modo de colocar-se diante da realidade, Francisco tem uma visão sacramental das coisas e dos acontecimentos. Se Deus está presente em tudo e é seu ponto fundante de referência, por conseguinte, tudo passa a ser um sacramento visível da presença de Deus.

A nosso entender, trata-se de visão sacramental e não tanto de visão alegórica da realidade. Onde se situa a distinção entre alegoria e sacramento? Na alegoria se constata uma semelhança; no sacramento se constata uma presença. A semelhança remete a memória (faz lembrar) a outra realidade; o sacramento não apenas faz lembrar, mas torna a outra realidade, de certo modo, visível e presente.

Os biógrafos de Francisco interpretam-no dentro de uma visão preferentemente alegorizante, embora a sacramental também seja constatável. Na interpretação alegorizante, a criatura não é vista como um sacramento, mas apenas faz lembrar, de algum modo, outra realidade que a transcende, como por exemplo, ao contemplar um cordeiro, Francisco se lembrava de Cristo, “pelo fato de que a humildade de Nosso Senhor Jesus Cristo nas Sagradas Escrituras é freqüentemente comparada e mais adaptada ao cordeiro. Assim também, abraçava mais carinhosamente e via mais prazerosamente todos aqueles [animais] nos quais principalmente pudesse ser encontrada alguma semelhança alegórica com o Filho de Deus”⁹. “Inflama-se em excessivo amor até para com os vermezinhas, porque havia lido o que foi dito sobre o Salvador: Eu sou um verme e não um homem (Sl 21,7)”¹⁰.

Segundo nosso modo de interpretar, Francisco não apenas se lembrava de Cristo, mas via-o sacramentalmente presente na mansidão do cordeiro e na humilde pequenez e fragilidade do verme.

Mas o mesmo biógrafo apresenta também o que consideramos uma visão sacramental: “Quem seria capaz de narrar a doçura que fruía ao contemplar nas criaturas a sabedoria, o poder e a bondade do Criador?”¹¹. Ou em outro lugar: “Como outrora os três jovens colocados na fornalha de fogo ardente..., assim também este homem, repleto do Espírito de Deus, não cessava de glorificar, louvar e bendizer em todos os elementos e criaturas o Criador e governador de todas as coisas”¹².

Boaventura, mais tarde, embora mantenha na LM as interpretações alegorizantes que se encontram em Tomás de Celano¹³, em seus escritos teológicos elabora uma interpretação que, a nosso entender, se aproxima da percepção sacramental de Francisco. A expressão “contemplar nas criaturas a bondade, sabedoria e poder do Criador”, usada por Celano, encontra-se repetidas vezes nas obras teológicas de Boaventura¹⁴.

O grande teólogo franciscano, intitulado *Doctor Seraphicus*, usando o termo “vestígio”¹⁵, colhido de Tomás de Celano, elabora uma concepção diferente da alegórica. Especialmente no *Itinerarium mentis in Deum* ele elabora com mais precisão sua interpretação sacramental: “No que concerne ao espelho do mundo sensível, podemos contemplar a Deus não somente por meio das coisas, como através dos vestígios, mas

⁹ 1Cel 77,4-5.

¹⁰ 1Cel 80,6.

¹¹ 1Cel 80, 3; cf. 2Cel 165, 5.

¹² 1Cel 80,10.

¹³ cf. LM 8,62-3.

¹⁴ “O sumo poder do Criador, sua sabedoria e a sua bondade resplendem nas coisas criadas” (Itin., c. 1, n. 10); “Considerando as coisas em si mesmas, o intelecto... pode elevar-se ao conhecimento do poder, da sabedoria e da imensa bondade do Criador” (Itin. c. 1, n. 11); “Destas coisas visíveis o intelecto se eleva a considerar o poder, a sabedoria e a bondade de Deus” (Itin., c. 1, n. 13).

¹⁵ 2Cel 165,3-6: “Em qualquer obra de arte ele exalta o Artífice e atribui ao Criador tudo o que descobre nas coisas criadas. Exulta em todas as obras das mãos do Senhor... reconhece nas coisas belas aquele que é o mais belo... Por meio dos *vestígios* impressos nas coisas ele segue o Amado”; LM: 9,1,7: Contemplava nas coisas belas o Belíssimo e, através dos *vestígios* impressos nas coisas seguia o Amado”. Para Boaventura todas as criaturas são vestígios de Deus, isto é, de alguma forma Deus deixou sua marca nas criaturas, como todo aquele que produz uma obra deixa nela alguma marca de sua personalidade. Ele distingue os seres criados em três graus de acordo com o maior ou menor grau de sacramentalidade: sombra, vestígio e imagem (cf. II Sent., d. 16, a. 1, q. 2, fund. 4).

também nas coisas mesmas, à medida que ele está nelas com a sua essência, poder e presença”¹⁶.

Em outra passagem, Boaventura torna-se mais explícito ainda: “As criaturas do mundo sensível são sinais das perfeições invisíveis de Deus, em parte porque Deus é a causa, o modelo e o termo delas, e cada efeito é sinal da causa, o modelado é sinal do modelo e a via é sinal do termo ao qual conduz”¹⁷.

Percebe-se de imediato toda uma linguagem sacramental: vestígio, espelho, sinal. Boaventura, embora tenha consciência desta concepção de sacramentalidade, no entanto, não ousa aplicá-la às criaturas, reservando-a unicamente para os Sacramentos: “Deus quis instituir de modo especial algumas coisas para que fossem sinais, não sinais segundo o significado comum da palavra, mas um sinal que é também Sacramento”¹⁸.

A leitura que Francisco faz das criaturas, então, não é alegorizante, mas sacramental; ele vê, contempla, reconhece nas criaturas a presença de Deus, o *theos* que é o ponto referencial de todo ser criado.

É, portanto, dentro desta ótica sacramental que Francisco vê também o pobre. O testemunho do primeiro biógrafo soa de forma nítida: “Desagradava-lhe muitíssimo, quando via que algum pobre era repreendido ou quando ouvia que uma palavra de maldição era proferida contra qualquer criatura. Donde, aconteceu que um dia um irmão dirigiu uma palavra de insulto a um pobre que pedia esmola, dizendo: ‘Vê, talvez sejas rico e simules pobreza’. Ouvindo isto, São Francisco, o pai dos pobres, lamentou profundamente e repreendeu com dureza o irmão que proferia tais coisas e ordenou-lhe que se despisse diante do pobre e, beijando-lhe os pés, lhe pedisse perdão. Dizia, pois: ‘Quem amaldiçoa um pobre comete injúria contra Cristo, de quem ele traz o nobre sinal, o qual por nós se fez pobre neste mundo’”¹⁹.

Igualmente, o enfermo era considerado sacramento de Cristo. As enfermidades (= sofrimentos da pessoa enferma) tornavam presentes aos olhos de Francisco os sofrimentos de Cristo²⁰.

Dentre os pobres e enfermos, Francisco dedicou especial atenção aos leprosos. Banidos do convívio da sociedade como pessoas amaldiçoadas por Deus, eles se tornam para Francisco o lugar da manifestação do *theos*. Se antes ele sentia horror à simples vista de leprosos, agora ele lhes presta serviços, lavando-lhes a podridão das feridas²¹, fazendo misericórdia para com eles, como diz em seu Testamento²². Mas a característica de

¹⁶ Itin., c. 2, n.1; cf. também Itin., c. 2, n. 7: “Todas as coisas são vestígios nos quais podemos contemplar o nosso Deus”.

¹⁷ Itin., c. 2, n. 12; cf. também Itin., c. 2, n. 11: “Somos conduzidos a contemplar a Deus nos seus vestígios... podemos concluir que todas as criaturas deste mundo sensível guiam o ânimo do contemplador e do sábio ao Deus eterno, pois essas são sombras, ressonâncias e imagens daquele Primeiro Princípio, potentíssimo, sapientíssimo, ótimo... são sombras ressonâncias e pinturas, são vestígios, simulacros e espetáculos, sinais divinamente oferecidos para contemplar a Deus”.

¹⁸ Itin., c. 2, n. 12.

¹⁹ 1Cel 76,6-9; cf. 1Cel 83,4-5.

²⁰ Cf. 2Cel 85, 7-8: “Quando vês um pobre, irmão, te é proposto o espelho do Senhor e de sua Mãe pobre. Considera igualmente nos enfermos as enfermidades que ele assumiu por nós”.

²¹ Cf. 1Cel 17.

²² Test 1-2.

Francisco no trato com os leprosos não é seu serviço, mas sua relação com eles. Ele estabelece novo relacionamento, não de pessoas excluídas, mas de irmãos. Se o mais importante fosse o serviço, Francisco teria estabelecido como finalidade da Ordem o cuidado dos leprosos. Já existiam instituições na Igreja com esta finalidade, como, por exemplo, a instituição de Santo Antônio²³. Dentro de sua ótica, Francisco contempla no leproso o sacramento do Cristo, a presença do próprio Cristo enfermo, ou melhor, do Cristo que assumiu as nossas enfermidades em seu contínuo processo kenótico. Igualmente Francisco não pensa em termos de promoção humana. Evidentemente, ele dá esmolas aos pobres, preocupa-se com as necessidades dos leprosos. No entanto, a idéia motriz não é a promoção humana, mas o cuidado com o irmão, o servir a Cristo na pessoa do irmão: “o que fizestes ao menor de meus irmãos é a mim que o fizestes” (Mt 25,40). O leproso é manifestação ou sacramento do Cristo rejeitado, banido e excluído.

Se na época de Francisco era difícil ver no leproso o sinal ou o sacramento de Cristo, mais difícil ainda era ver este sinal nos ladrões e assaltantes. Este tipo de marginalidade e de exclusão continua oferecendo dificuldades até o dia de hoje. Francisco tinha uma fina percepção. Mesmo nos ladrões ele era capaz de ver de alguma forma a presença do *theos*. Não é sem sentido sua admoestação na Regra não Bulada: “E quem vier procurá-los, amigo ou adversário, ladrão ou assaltante, seja recebido benignamente”²⁴. Não se trata apenas de uma estratégia de boa convivência ou de boas maneiras, mas de uma concepção teológica da alteridade. Mais ainda, Francisco seguia o exemplo de Cristo que era acusado de conviver com gente de má vida (cf. Mt 9,11; Mc 2, 16; Lc 5, 30; 19,7. O outro, mesmo ladrão ou assaltante, em sua essência, nunca deixa de ser lugar da manifestação do *theos*, e para ele sempre há possibilidade de conversão, como se pode ver no episódio dos ladrões convertidos em Monte Casale²⁵.

III - A práxis de Francisco

Depois de termos visto, de maneira sucinta, o conceito que Francisco tinha de pobre, cabe a pergunta: Francisco fez opção pelos pobres? Para obtermos a resposta, requer-se uma análise do que Francisco instituiu com relação ao pobre. É numa práxis instituída que se pode verificar uma verdadeira opção.

Antes, porém, de prosseguirmos, impõe-se um brevíssimo *excursus* sobre o termo “instituição” que para muitos autores modernos tem significado negativo. Eles estabelecem dicotomia e oposição entre carisma e instituição, atribuindo-as ao próprio Francisco. A nosso entender, não há carisma, a não ser instituído. Carisma não instituído é pura abstração. O carisma só existe em opções concretamente instituídas. Por exemplo, ao ouvir o evangelho do envio na Porciúncula, Francisco diz: “É isto que eu quero, é isto que eu procuro, é isto que eu desejo fazer do íntimo do coração”²⁶. E o texto continua: “Por conseguinte, apressa-se o santo pai, transbordando de alegria, em cumprir o salutar

²³ Cf. LM 3,4,9a.

²⁴ RnB 7, 14.

²⁵ Cf. CA 115; a conversão dos assaltantes de Monte Casale não nos permite a generalização de que a Ordem franciscana era formada por um grupo de excluídos, leprosos, ladrões, como insinua Donald Spoto em seu livro *Francisco, um santo relutante*.

²⁶ 1Cel 22, 3.

conselho e não suporta demora alguma, mas começa devotamente a colocar em prática o que ouviu”²⁷.

Neste episódio, constata-se um texto evangélico inspirador, há uma opção instituída por viver esse texto (propósito), inicia-se uma práxis imediata.

Igualmente, ao receber Bernardo e Pedro Cattani, segundo a narração do Anônimo Perusino, após escolherem os textos evangélicos, Francisco diz: “Esta será a nossa regra”. Em seguida acrescenta: “Ide e, da maneira como ouvistes, realizai o conselho do Senhor”²⁸.

O processo é idêntico: textos evangélicos inspiradores, opção instituída de viver de acordo com os textos (esta será nossa regra), a prática imediata.

Pode-se contra-argumentar, dizendo que nos exemplos dados o texto evangélico é o carisma. Insistimos na afirmação de que o texto evangélico só se torna carisma quando assumido como opção, instituído como propósito de vida e levado à prática. Caso contrário, o texto não chega a ser inspirador, não move a vontade a uma opção, permanece, portanto, mera abstração, letra morta.

Após este brevíssimo *excursus*, retornemos à pergunta: Francisco fez opção pelos pobres? Quais foram suas opções instituídas que traduzem em concreto sua opção pelos pobres?

Embora a ruptura com Pedro Bernardone e com a cidade de Assis (centro de poder e de decisões) tenha significado uma mudança de lugar social (Francisco já não pensa a partir do centro, mas da periferia), a nosso ver, não constitui ainda uma clara opção pelos pobres. De fato, ele se coloca também a serviço dos leprosos, mas não consta que tenha sido um serviço permanente. O beijo ao leproso (se realmente houve), que teria acontecido antes mesmo da ruptura com o pai, não significa ainda uma opção pelos leprosos. Embora os leprosos fossem os excluídos (banidos) da sociedade, no entanto, muitos cristãos em busca de santidade lhes prestavam serviços. Na vida de muitos santos, quando eles se propõem um caminho de santidade, a primeira atitude concreta é voltar-se para os pobres. Talvez dentro deste clichê hagiográfico, também Francisco se tenha voltado para os leprosos.

Após a ruptura com o pai, Francisco dedica-se alternadamente a várias experiências: leva uma vida eremítica (que parece ser a experiência de fundo), priorizando a solidão, os lugares propícios para a meditação, tais como grutas, bosques e regiões inóspitas; presta periodicamente serviço aos leprosos; empenha-se na reconstrução de pequenas capelas abandonadas. A vida eremítica vai ceder definitivamente seu espaço a uma vida marcadamente itinerante, opção feita na Porciúncula por ocasião da escuta do evangelho do envio, mesmo se de vez em quando Francisco sinta saudades da solidão e procure tempos fortes de contemplação longe do rebuliço das multidões. A reconstrução de capelas foi algo transitório na práxis de Francisco. O serviço aos leprosos continua sendo uma prática da fraternidade primitiva, mesmo sem constituir uma opção instituída da Ordem. Que este serviço era uma prática pode-se deduzir do texto da Regra não Bulada, quando Francisco alude à permissão de pedir esmola para os leprosos²⁹. Já o fato de ter omitido esta

²⁷ 1Cel 22, 4.

²⁸ AP 11, 5-6.

²⁹ Cf. RnB 8, 10.

permissão na Regra Bulada mostra que não o serviço aos leprosos não era uma opção instituída.

Mesmo não sendo uma opção instituída, a prática do serviço aos leprosos será sempre uma constante na fraternidade primitiva. Em sua itinerância, os irmãos pregadores anunciavam o evangelho ao povo, os não pregadores buscavam outros trabalhos e serviços, entre os quais o dos leprosos. Esta mobilidade do início causará em Francisco, no fim de sua vida, um sentimento de nostalgia, inclusive queria voltar a servir os leprosos³⁰.

Há um texto tardio que poderia sugerir o serviço aos leprosos como uma opção instituída: "... nos primórdios da religião, depois que começaram a multiplicar-se os irmãos, quis que os irmãos permanecessem nos hospitais dos leprosos para servi-los; porque, naquele tempo em que chegavam à religião nobres e plebeus, entre outras coisas que lhes eram anunciadas, se lhes dizia que era necessário servir os leprosos e permanecer nas casas deles"³¹. Ainda outro texto poderia causar a mesma interpretação: "E devem alegrar-se, quando conviverem entre pessoas insignificantes e desprezadas, entre os pobres, fracos, enfermos, leprosos e os que mendigam pela rua"³².

Estes textos, porém, nos soam mais como uma preferência do que como uma opção instituída, da mesma maneira que Francisco preferia hospedar-se em leprosários a hospedar-se em casas de outras pessoas³³. De fato, se o serviço aos leprosos fosse uma opção instituída, como justificar que a Regra Bulada e uma legenda importante como a do Anônimo Perusino o ignorem completamente?

Também o fato de Francisco dar esmolas a mendigos e a outras pessoas que lhe pedem não pode ser considerado uma opção pelos pobres. Também Pedro Bernardone e outros ricos davam esmolas aos pobres. E muitos cristãos, mesmo não sendo ricos, praticavam a esmola. Nem por isso se pode dizer que fizeram opção pelos pobres.

Alguns modernos querem ver na esmola algo negativo, interpretam-na inclusive como um meio egoísta de santificação do doador. Isto, porque a desvinculam do sentimento de compaixão. Deste modo, acabam esvaziando a esmola de seu sentido cristão. Os biógrafos insistem em afirmar o sentimento de compaixão que Francisco tem para com os pobres. A LTC afirma um amor profundo e compassivo de Francisco para com eles³⁴. A compaixão é o sentimento que dá sentido à esmola. Mas a compaixão não pode ainda ser considerada uma opção instituída por Francisco pelos pobres.

Em que sentido, então, se pode falar de uma opção instituída de Francisco? Recorrendo às fontes, dificilmente podemos falar de uma opção pelos pobres; há, sim, uma opção instituída de Francisco pela vida de pobreza. Francisco institui para a fraternidade uma vida como a dos pobres. O que ele disse ao bispo de Assis a respeito da posse de propriedades³⁵, ele institui na regra: "Os irmãos não se apropriem de nada, nem de casa, nem de lugar, nem

³⁰ Cf. 1Cel 103, 8.

³¹ CA 9, 2-3; 2EP 44.

³² RnB 9, 2.

³³ Cf. 2Cel 98, 4. É interessante observar que o AP indica a preferência de Francisco em hospedar-se não nas casas dos leprosos, mas nas dos clérigos e de outras pessoas tementes a Deus; cf. AP 40-41.

³⁴ Cf. LTC 57, 5; cf. AP 37, 6.

³⁵ Cf. AP 17, 7-9; LTC 35, 5-8.

de coisa alguma”³⁶. A proibição de usar e de receber dinheiro é instituída na regra³⁷. O trabalho manual, meio de sustento dos pobres, é instituído como meio de sustento dos irmãos³⁸. A esmola é o recurso alternativo instituído como meio de sustento, no caso de os irmãos não receberem seu salário³⁹. O modo de vestir-se é o modo como os pobres se vestem, isto é, com vestes baratas rudes e não com vestes finas e macias⁴⁰. O modo de morar dos irmãos é instituído antes como um hospedar-se, pois são peregrinos e forasteiros⁴¹. E as casas devem ser pobrezinhas, construídas de galhos e de barro, à maneira das casas dos pobres⁴². A proibição de andar a cavalo é igualmente uma identificação com a vida dos pobres⁴³. Até mesmo os utensílios deviam lembrar a vida dos pobres, a opção por uma vida em pobreza⁴⁴.

IV - Em que sentido há em Francisco uma opção pelos pobres?

Não encontramos em Francisco este conceito da maneira como foi compreendido e formulado pelas conferências episcopais latino-americanas. Diríamos antes que Francisco fez opção por Cristo pobre. A opção pelos pobres em Francisco é apenas uma consequência: como Cristo quis identificar-se com os pobres, assim também Francisco quer coerentemente ter o pobre como parâmetro e referência concreta para sua identificação com o Cristo pobre.

Encontramos em Francisco práticas, algumas instituídas, que são práticas inspiradoras para nossa atual opção pelos pobres. E estamos convencidos de que essas práticas constituem base suficientemente sólida para que hoje a Ordem faça uma opção mais corajosa, decisiva e coerente pelos pobres segundo a concepção hodierna de presença e apoio entre os pobres que se organizam. Atualizar o carisma franciscano não significa repetir as práticas de Francisco, mas colher em suas práticas a inspiração que seja luz para as nossas opções. Retomar hoje esta opção é, segundo nosso entender, a atitude mais coerente com o carisma franciscano.

V – Pistas concretas como conclusão

Mais importante do que precisar a abrangência dos conceitos de pobre ou de excluído é despertar uma *sensibilidade* profética que nos permita reconhecer e identificar os processos de empobrecimento e de exclusão (causas, agentes, pacientes, meios, consequências). Somente a partir desta sensibilidade é possível fazermos as opções que são as mais coerentes com o nosso carisma.

A nosso ver, um caminho concreto a ser abraçado pela Ordem em sua celebração dos 800 anos de fundação seria a *desburocratização* (desclericalização) da evangelização.

³⁶ RB 6, 1.

³⁷ Cf. RB 4; RnB 8.

³⁸ Cf. RB 5; RnB 7; Test 20-21.

³⁹ Cf. RnB 9; RB 6, 3-4; Test 22-23.

⁴⁰ Cf. RB 2, 17; RnB 2, 14-15; Test 16-17.

⁴¹ Cf. RB 6, 3; Test 24.

⁴² Test 24; cf. 2Cel 56; CA 58, 17.

⁴³ Cf. RnB 15; Rb 3, 13.

⁴⁴ Cf. 2Cel 60.

Especialmente no trabalho paroquial (falamos da situação do Brasil), os irmãos deixam de ser evangelizadores e são mais burocratas. Permanecem nas paróquias e esperam que o povo venha a eles buscar os benefícios espirituais. Abandonam o povo e esperam que o povo os procure. Ocupam o lugar dos sacerdotes diocesanos, tornam-se clericais, fazem o trabalho dos clérigos e deixam de fazer o trabalho de evangelizadores itinerantes.

Urge recuperar a *mobilidade do itinerante*. Perdeu-se esta mobilidade, amarraram-se os passos de evangelizadores. Coerentemente com nosso carisma, nossa presença e ação deveriam deslocar-se para o meio dos pobres. O mundo está dividido entre ricos e pobres. Teme-se que nossa ação evangelizadora esteja mais voltada para os ricos do que para os pobres. Em vez de alegrar-nos no meio dos pobres, sentimos-nos incomodados no meio deles. Como Francisco sentia asco ao ver leprosos, sentimos asco diante do pobre.

Além de uma conversão individual, hoje é extremamente necessária também uma *conversão institucional*, quer dizer, a Ordem como tal deve fazer novas opções, coerentes com suas origens. Nosso conceito de conversão ainda se limita demais ao nível individual. No mundo de hoje, não é suficiente a conversão individual. Se a Ordem, por exemplo, quiser pedir a conversão de instituições profanas (bancos financeiros, FMI, grupos de países ricos como G 8, etc.), deverá mostrar que é possível a conversão institucional. O documento “Graça das origens” diz: “Reconhecemos a urgência de voltar ao essencial de nossa experiência de fé e de nossa espiritualidade, para nutrir, mediante a oferta libertadora do Evangelho, o nosso mundo dividido, desigual e faminto de sentido, como no seu tempo fizeram Francisco e Clara de Assis”. Em outro lugar, continua: “Queremos viver a graça das origens ‘não só como memória do passado, mas também como profecia do futuro’”. Voltar ao essencial implica necessariamente uma conversão institucional. É, portanto, chegada a hora da conversão da Ordem, não basta celebrar a conversão de Francisco.

Criar viabilidades deveria ser, segundo nossa maneira de entender, a marca da Ordem nessa celebração dos 800 anos de fundação. Muitas vezes, o discurso não passa à concretização, isto é, não consegue ser levado à prática. A justificação aduzida: não é viável. Ora, quando alguém faz uma opção, cria viabilidades. Se não cria viabilidades, é porque não fez opções. O grande papa Inocêncio III pensava que o modo de vida que Francisco pedia para ser aprovado não era viável. Também hoje se corre o risco de dizer que o evangelho é inviável, como teria respondido ao papa o cardeal João de São Paulo. Por tanto, não se pode dar desculpas de inviabilidade, mas antes criar viabilidades.

É necessário que a Ordem mantenha sua *vocação profética*. Novamente o documento “Graça das origens” faz o apelo: “Percebemos que é muito forte o chamado a ‘não domesticar as palavras proféticas do Evangelho para adaptá-las a um cômodo estilo de vida’, sentimos ‘a urgência evangélica do nascer de novo’”. Não basta ficar estagnada nas belas formulações das CCGG e de outros documentos; é necessário dar a partida, individual e coletivamente, como Ordem.

Frei Celso Márcio Teixeira ofm
Uberlândia, 2 de fevereiro de 2006